

## Quando a trabalhadora sexual trans Paola Buenrostro foi assassinada por um cliente na Cidade do México, oix bet amiga Kenya Cuevas deteve o homem e gravou a cena enquanto a polícia chegava

Apesar da filmagem e depoimentos de testemunhas, um juiz considerou que não havia evidências suficientes para prendê-lo e o libertou após 48 horas, desde então ele está foragido. Naquela noite de 2024, Cuevas se tornou ativista. E na semana passada, após anos de campanha, a Cidade do México aprovou uma lei que torna o transfemicídio um crime com pena de prisão de até 70 anos - um "ponto de virada" oix bet um dos países da América Latina mais mortíferos para pessoas trans.

"Por primeira vez, podemos nos sentir representados perante a lei e a violência contra nós realmente traz uma punição severa", disse Cuevas oix bet uma reunião aos domingos para reconhecer a vitória. "Por primeira vez, sinto alguma satisfação, alguma paz, depois de todos esses longos anos de trabalho."

A lei, nomeada oix bet homenagem a Buenrostro, foi aprovada quase por unanimidade no congresso estadual.

A Cidade do México é o segundo dos 32 estados do país a criminalizar o transfemicídio. Este ano, Nayarit, um pequeno estado na costa do Pacífico, introduziu sentenças de até 60 anos para o crime.

A lei também torna possível para amigos da vítima, não apenas parentes, estarem envolvidos na burocracia da morte e justiça: identificando e reivindicando corpos e conduzindo as investigações.

Isso importa oix bet um país onde algumas famílias deserdam parentes transgêneros, o que significa que não há ninguém para forçar o estado a entrar oix bet ação.

Em 2024, mais de 95% dos homicídios no México ficaram impunes. Para transfemicídios, o número é pensado para ser ainda maior.

### Uma lei histórica para combater o transfemicídio na Cidade do México

No caso de Buenrostro, a investigação inicial foi negligente e o suspeito foi liberado. Oficiais mais tarde ofereceram mais de £20.000 por informações sobre seu paradeiro, sem efeito.

Três anos depois, Ernestina Godoy, a promotora de justiça da Cidade do México, se desculpou pelas ações das autoridades, tornando o assassinato de Buenrostro o primeiro a ser reconhecido e investigado como transfemicídio.

Ernestina Godoy, a promotora de justiça da Cidade do México, se desculpou pelas ações das autoridades e reconheceu o assassinato de Buenrostro como transfemicídio.

Aranza Villegas, cuja irmã Viridiana, uma mulher trans, foi assassinada há dois anos não longe da Cidade do México, também estava presente na reunião de domingo.

"Acho que é uma oix bet cem casos. Levou muito para mim e minha família fazer acontecer", disse Villegas. "Se uma mulher trans não tiver uma família como a nossa, nada acontece. E então, quando elas morrem de uma maneira tão cruel e trágica, elas são esquecidas e acabam oix bet uma vala comum."

Outra forma como a lei tenta combater a impunidade é exigindo que a promotoria produza estatísticas e relatórios trimestrais sobre crimes contra pessoas da comunidade LGBTQ+, permitindo uma abordagem mais rigorosa para identificar padrões desses crimes.

Aproximadamente 5 milhões dos 129 milhões de habitantes do México se identificam como LGBTQ+.

De acordo com a Letra Eze, um grupo de direitos humanos, 231 membros da comunidade LGBTQ+ foram assassinados entre 2014 e 2024, dos quais dois terços eram transgêneros - embora muitos assassinatos nunca sejam relatados.

Isso coloca o México como o segundo país mais mortífero da América Latina para pessoas transgêneros, depois do Brasil.

"Toda vez que você sai, está **oix bet** perigo, você tem medo de não voltar", disse Villegas. "Eu vivo com esse medo: recebi ameaças de morte de pessoas [associadas ao assassino de minha irmã]."

Mas com a nova lei, Villegas diz que ela e outras pessoas trans se sentirão mais seguras na Cidade do México.

"É um momento histórico para parar esses terríveis assassinatos e esperamos que se estenda a todos os estados do México", disse Villegas.

"Nós apenas queremos ser respeitados como pessoas transgêneros, como qualquer outro ser humano", adicionou Villegas. "Respeito - é tudo o que queremos."

## Grupos de direitos humanos e diplomatas criticam lei iraquiana anti-LGBTQ+

Grupos de direitos humanos e diplomatas criticaram uma lei aprovada pelo parlamento iraquiano no fim de semana passado que impõe pesadas penas de prisão para pessoas LGBTQ+ e transexuais.

O porta-voz do departamento de estado dos EUA, Matthew Miller, disse **oix bet** um comunicado que a lei aprovada na sexta-feira "ameaça as pessoas mais vulneráveis da sociedade iraquiana" e "pode ser usada para obstruir a livre-expressão e a fala". Ele alertou que a legislação pode afastar investimentos estrangeiros.

"Coalizões internacionais de negócios já indicaram que tal discriminação no Iraque prejudicará os negócios e o crescimento econômico do país", disse.

David Cameron, o secretário de relações exteriores do Reino Unido, chamou a lei de "perigosa e preocupante".

### Contexto cultural

Embora a homossexualidade seja tabu na sociedade iraquiana conservadora **oix bet** geral, e os líderes políticos têm lançado periodicamente campanhas anti-LGBTQ+, o Iraque não possuía uma lei que criminalizasse explicitamente isso.

A lei foi aprovada com pouca atenção como emenda à lei antiprostituição existente. Impõe uma sentença de 10 a 15 anos por relações homossexuais e uma pena de prisão de um a três anos para pessoas que realizam ou se submetem a cirurgias de transição de gênero e para "prática intencional de efeminidade".

### Impactos da lei

A lei também proíbe qualquer organização que promova "a perversão sexual", impõe uma pena de pelo menos sete anos e uma multa mínima de 10 milhões de dinares iraquianos (aproximadamente £6.000).

Uma versão anterior do projeto de lei antiprostituição teria permitido a pena de morte para relações homossexuais.

Autoridades iraquianas defendem a lei como mantendo valores sociais e retratam as críticas a ela como interferência ocidental.

Oficiais iraquianos têm caracterizado a votação como um passo necessário para "proteger a estrutura de valores da sociedade" e "proteger nossas crianças de chamados para a perversão moral e homossexualidade".

Rasha Younes, pesquisadora sênior do Programa LGBT Rights na Human Rights Watch, disse que a aprovação da lei "sela a infame trilha do Iraque de violações de direitos contra pessoas LGBT e transexuais e é um duro golpe nos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e associação, privacidade, igualdade e não discriminação".

---

**Informações do documento:**

Autor: [symphonyinn.com](https://symphonyinn.com)

Assunto: oix bet

Palavras-chave: **oix bet - [symphonyinn.com](https://symphonyinn.com)**

Data de lançamento de: 2024-09-18